



## Subsídios: fundos públicos para serviços públicos

A futura Política Comum das Pescas (PCP) deve garantir que a ajuda pública apoia a recuperação das unidades populacionais de peixes, facilita a transição para uma pesca sustentável e acrescenta valor à sociedade.

### Política desejada

A OCEAN2012 gostaria que a reforma da PCP:

- cortasse os apoios que contribuem para manter ou aumentar a sobrecapacidade de pesca, especialmente todos os fundos para a modernização de embarcações;
- eliminasse os apoios públicos para o acesso aos recursos de pesca;
- usasse os fundos para a criação de bens públicos, como a investigação, a melhoria do controlo e da cooperação entre pescadores e cientistas, assim como uma maior participação das partes interessadas; e
- disponibilizasse informações sobre subsídios à pesca de forma transparente e facilmente acessíveis.



A UE deveria proibir imediatamente os subsídios que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca. Essa proibição implicaria todos os “subsídios básicos”, como os custos da pesca e custos operacionais, bem como os subsídios fundamentais com impacto comercial directo na pesca

e nos produtos da pesca, como por exemplo apoios ao processamento e estabelecimento de preços. Atrasar a eliminação desses subsídios irá prolongar os seus danos e implicar um ajuste posterior mais difícil.

### O impacto da ajuda à modernização

Entre 2000 e 2008, a frota Comunitária do atum rabilho, visando uma população em sério risco de extinção, recebeu subsídios da UE de um total de € 34.500.000. Desse total, € 33.500.000 foram destinados à construção e modernização das embarcações, ficando apenas uma pequena proporção destinada ao abate. Estes subsídios também possibilitaram a sobrepesca de várias importantes unidades populacionais de peixes europeus, como a pescada e o tamboril.

Uma análise dos subsídios da UE entre 2000 e 2006 mostra que a ajuda para a modernização das embarcações de pesca beneficia apenas alguns proprietários de embarcações, particularmente as de maiores dimensões e maior potência, com maior capacidade de captura. Para as embarcações com menos de 12 metros, foi utilizado o dobro do financiamento para o abate de embarcações relativamente ao que foi aplicado na sua modernização e construção. Por outro lado, os navios com mais de 24 metros receberam significativamente mais para a modernização e construção do que para o abate.

### Acesso à pesca em países terceiros

Os pagamentos para o acesso à pesca em águas de países terceiros estão a contribuir para a sobrepesca. A OCEAN2012 propõe que os armadores da UE paguem a totalidade das despesas do seu acesso.

### Subsídios de combustíveis

A isenção do imposto sobre o combustível de pesca está a beneficiar os métodos de pesca com alto consumo de

### Contexto

Subsídios mal concebidos ameaçam seriamente a base económica dos pescadores e das comunidades costeiras. A Comissão Europeia reconhece a ligação entre o actual nível de sobrepesca, sobrecapacidade da frota e ajuda financeira, afirmando que: “As frotas de pesca europeias podem, em muitos casos, exercer uma pressão de pesca sobre as populações de peixe duas a três vezes acima do nível sustentável. E os subsídios têm contribuído para isso.”<sup>1</sup>

O montante total dos subsídios concedidos ao sector das pescas europeu é desconhecido. Em alguns Estados-Membros, o montante do seu orçamento nacional para a gestão e subsídio das pescas ultrapassa, actualmente, o valor monetário total de todas as capturas.

No âmbito da sua Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, a UE assumiu o compromisso de eliminar subsídios prejudiciais ao ambiente, propondo a elaboração de um roteiro para a sua eliminação até 2008. No entanto, até à data, este roteiro não foi concretizado.

### A eliminação de subsídios prejudiciais

A reforma da PCP é uma oportunidade única para eliminar gradualmente os subsídios que são ambiental, económica e socialmente prejudiciais; assim como para direccionar apoios para medidas que contribuam para a sustentabilidade a longo prazo das pescas na UE.

<sup>1</sup> Comissão Europeia (2008) Reflexões sobre a futura reforma da PCP

*Subsídios mal concebidos ameaçam seriamente a base económica dos pescadores e das comunidades costeiras. A Comissão Europeia reconhece a ligação entre o actual nível da sobrepesca, sobrecapacidade e ajuda financeira.*



combustível, que, frequentemente, têm um maior impacto no ambiente marinho, não oferecendo incentivos para que se opte por técnicas de pesca com um consumo de combustível mais eficiente.

## Rumo a apoios que assegurem o bem público

É evidente que nem todos os subsídios para a pesca são prejudiciais. No entanto, a nova PCP deve garantir que a ajuda pública apoia os bens públicos e, desta forma, contribui para acrescentar valor à sociedade.

Em 2007, o Relatório Extraordinário do Tribunal de Contas Europeu destacou o fracasso dos Estados-Membros em controlar de forma eficiente as actividades de pesca das suas frotas. O relatório afirma que: “Se as autoridades políticas querem que a PCP atinja o seu objectivo de exploração sustentável dos recursos pesqueiros, os actuais mecanismos de controlo, inspecção e sanção devem ser consideravelmente reforçados”.

O sector das pescas da UE recebe cerca de € 850.000.000 anualmente para o apoio estrutural, incluindo os apoios para a modernização das embarcações, e € 150.000.000 para os acordos de acesso. Ao mesmo tempo, a contribuição da UE para o controlo e execução, bem como para a recolha de dados é limitada a cerca de € 50.000.000 respectivamente. Espera-se que no futuro sejam disponibilizados mais fundos públicos para a melhoria da recolha de dados científicos, o reforço dos sistemas de controlo e o cumprimento dos regulamentos.

Muitas unidades populacionais comerciais em águas europeias continuam por ser avaliadas, o que compromete a gestão eficiente das pescas. Os regimes de subsídio futuros devem apoiar a investigação científica independente que contribui para a avaliação das populações de peixe e para a redução dos impactos sobre os habitats e ecossistemas.

O apoio a outras medidas, como a formação, a cooperação entre cientistas e pescadores, a protecção do meio marinho em zonas sensíveis e a pesquisa e desenvolvimento de equipamentos mais selectivos contribuiria igualmente para que o sector se encontrasse numa posição mais sustentável.

Com a eliminação da sobrecapacidade de pesca, adivinha-se a possibilidade de uma redução no número de trabalhadores no sector da captura. Os apoios públicos serão elementos-chave para suavizar esta transição. No entanto, os restantes operadores serão os grandes beneficiados de um equilíbrio entre a capacidade existente e os recursos pesqueiros disponíveis e por essa razão devem poder contribuir para uma forma de compensação a definir (princípio de beneficiário-pagador).

## Transparência

Os decisores políticos, os cientistas e a população devem ter acesso a mais e melhor informação, a fim de avaliar o impacto, a distribuição e a eficácia dos subsídios e analisar se o dinheiro dos contribuintes é utilizado de forma eficiente.

A Iniciativa de Transparência da UE exigiu a divulgação dos beneficiários do Fundo Europeu das Pescas. Na prática, porém, essa informação é apresentada de forma tão variada que torna a sua análise minuciosa e o cruzamento de dados quase impossível. Informações essenciais sobre embarcações ou tipo de projectos financiados já não se encontram disponíveis.

A OCEAN2012 acredita que os fundos públicos só devem ser utilizados de forma a que sirvam os bens públicos e reduzam os impactos sociais durante a transição para práticas de pesca sustentáveis.

Para mais informações sobre a necessidade de eliminar a sobrecapacidade de pesca, uma das peças chave da sobrepesca, consulte o Relatório 5: *Colocar a capacidade em conformidade com os recursos disponíveis*.

OCEAN2012 é uma aliança de organizações dedicadas a transformar a Política Europeia de Pescas, de modo a parar com a sobrepesca, acabar com as práticas piscatórias destrutivas e distribuir o uso justo e equitativo de populações de peixe saudáveis.

A OCEAN2012 foi iniciada, e é coordenada, pelo Pew Environment Group, o ramo conservacionista da The Pew Charitable Trusts, uma organização não-governamental que trabalha com o intuito de terminar com a sobrepesca nos oceanos do planeta.

Os membros fundadores da OCEAN2012 são a Coalition for Fair Fisheries Arrangements (CFFA), o Fisheries Secretariat (FISH), nef (new economics foundation), o Pew Environment Group e o Seas At Risk (SAR).